



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos**

PAD nº 3493/2019

Assunto: Tomada de Preços nº 02/2019. Recurso. Contratação de empresa de engenharia para realizar a reforma no fórum eleitoral de Vitória da Conquista/Ba.  
Parecer nº. 928/2019

1. Chegam os autos a esta Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos para análise do recurso interposto pela licitante MJV SERVIÇOS LTDA (doc. nº 255489/2019) contra a decisão da Comissão Permanente de Licitação (CPLIC) que a inabilitou no certame, em razão do desatendimento às condições 3.6.5.1, 3.6.5.2 e 3.6.5.3 do edital da Tomada de Preços nº 02/2019.

2. Registra-se, ainda (doc. nº 257652/2019), que a empresa THALASSA CONSTRUÇÕES EIRELI, após ser inabilitada, fez constar em ata: *“a) foi apresentado no documento de habilitação a CAT com o objeto semelhante de combate a incêndio de 1.000 m2, posteriormente outra CAT em 575 m2 relativo á instalações elétricas diversas, apresentando também outras CATS com diversos serviços com metragem superior a 502 m2; “b) em relação ao balanço patrimonial, alega que apresentou o último balanço efetivo, reconhecido pela JUCEB e permitido pela lei em vigor”.*

3. Em suas razões, alega a MJV SERVIÇOS LTDA que atendeu a todas as condições editalícias, argumentando, em síntese:

3.1. **Quanto à condição 3.6.5.1:** a) *“a exigência de congruência temática entre as atividades da recorrente e as exigidas do edital por si só comprovam convergência, já que não há situações esdruxulas como v.g, a de uma empresa cuja atividade seja vendas de sorvetes e no caso deste certame, um serviço de engenharia”;* b) *“não há necessidade de todas as atividades comerciais estarem registradas na Certidão de quitação de Pessoa jurídica emitida pelo CREA, até porque não há competência legal ao CREA-CONFEA tal atividade de registro”;* c) *“o próprio CREA BA validou e emitiu atestado de capacidade técnica, em nome da recorrente, com as atividades semelhantes ao do objeto licitado”;* d) *“empresa recorrente atendeu o item 3.6.5.1 através da CERTIDA DE QUITAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA, emitida pelo CREA BA, comprovando seu registro e estando apto as atividades de engenharia em conjunto com suas alterações contratuais registradas na JUCEB – Junta Comercial da Estado da Bahia”.*

**3.2. Quanto às condições 3.6.5.2 e 3.6.5.3:** a) “o que está definido em Lei e descrito no dispositivo 3.5.6.2 do edital, está relacionado a capacidade técnico operacional”; b) “o que de fato, foi apresentado à comissão do certame, já que a MJV SERVIÇOS LTDA, executou os serviços similares e compatíveis ao solicitado no edital”.

4. Pondera, ainda, acerca da comprovação de vínculo do profissional *responsável técnico*, citando jurisprudência do TCU, na qual se vê o pacificado entendimento de que, neste particular, bastará a demonstração de que “os profissionais indicados possam efetivamente desempenhar os serviços”, não sendo obrigatória a existência de vínculo trabalhista ou societário.

5. Não houve apresentação de contrarrazões; ao contrário, as demais concorrentes abriram mão desse direito, conforme renúncias colacionadas aos autos (doc. nº 257597/2019).

6. A Comissão Permanente de Licitação manifestou-se pelo indeferimento do recurso, bem como reiterou a decisão quanto à inabilitação da empresa THALASSA (doc. nº 257652/2019), ao tempo em que esclareceu ter-se valido do auxílio da área técnica, que “corroborou o entendimento da Comissão quanto à inabilitação” de ambas as empresas.

6.1. Com efeito, pontuou a CPLIC que a MJV SERVIÇOS LTDA “*não logrou êxito em comprovar que exerce atividade relacionada com o objeto do edital*”, pois, nos termos indicados na Certidão de Registro no CREA-BA a recorrente possui o seguinte objetivo social: *execução de obras de montagem industrial, instalação, manutenção e reparação de elevadores, escadas e esteiras rolantes, tudo no âmbito da engenharia mecânica*. Arremata, neste particular, que não há congruência temática entre o objeto licitado e as atividades laborais da recorrente.

6.2. Ainda quanto à peça recursal, a CPLIC afirmou que a empresa não comprovou a execução de obra compatível em quantidades e características com o objeto da licitação, nos moldes indicados na condição 3.6.5.2 do edital, também não logrando êxito na comprovação de que sua Responsável Técnico já executou obra de construção ou reforma de prédio, desatendendo, portanto, a condição 3.6.5.3.

6.3. No que diz respeito à empresa THALASSA CONSTRUÇÕES EIRELI, a CPLIC informou, de igual modo, que não apresentou documentação apta a atender à condição 3.6.5.2 do ato convocatório, e ainda, deixou de trazer o balanço patrimonial do último exercício social exigível (condição 3.6.4.2.1).

É o breve Relatório.

7. Conquanto não se tenha formalizado o recurso da empresa THALASSA CONSTRUÇÕES EIRELI, cumpre-nos abordar a questão relacionada ao balanço patrimonial não apresentado pela licitante, uma das razões que motivaram seu afastamento do certame.

7.1. Em breve análise ao doc. nº 249501/2019 (documentos de habilitação da THALASSA) é possível perceber que trata-se de empresa constituída há menos de um ano, razão pela qual não conseguiria trazer o balanço patrimonial da forma estritamente indicada na condição 3.6.4.2<sup>1</sup>. Neste particular, o STJ já se posicionou acerca da possibilidade da aceitação do balanço de abertura (STJ, REsp nº 1381152/RJ), afirmando: *“Tratando-se de sociedade constituída há menos de um ano e não havendo qualquer exigência legal a respeito do tempo mínimo de constituição da pessoa jurídica para participar da concorrência pública, não se concebe condicionar a comprovação da idoneidade financeira à apresentação dos demonstrativos contábeis do último exercício financeiro, sendo possível demonstrá-la por outros documentos, a exemplo da exibição do balanço de abertura”*.

7.2. Desta forma, a decisão da CPLIC, neste particular, merece reparo.

8. Quanto à inabilitação das duas empresas, baseada no desatendimento das exigências relativas à qualificação técnica, condições 3.6.5.1, 3.6.5.2 e 3.6.5.3 cabe-nos uma breve pontuação.

8.1. Segundo a CPLIC, ambas desatenderam à condição 3.6.5.2, que reza: **“3.6.5.2. Atestado de capacidade técnica-operacional, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) que a LICITANTE executou obra compatível em quantidades e características com o objeto da licitação, em prédio com, pelo menos 512 m2 de área construída ou reformada”**.

8.2 A empresa THALASSA afirmou, como transcrito acima (tópico 2), que seus atestados demonstram a execução de serviços semelhantes aos licitados, e ainda, que apresentou CATs *“com diversos serviços com metragem superior a 502m²”*. Por seu turno, a licitante MJV também afirma da compatibilidade dos seus atestados com a condição em pauta, embora não trace, de forma muito clara, argumentos neste sentido.

8.3. Em análise aos documentos de habilitação de ambas as licitantes, é preciso reconhecer que não somos capazes de concluir pela pertinência ou não dos atestados

---

<sup>1</sup>**“3.6.4.2. Balanço Patrimonial do último exercício social exigível, apresentado na forma da lei.**

**3.6.4.2.1. O último exercício social exigível será o do ano imediatamente anterior, no caso de transcorridos os seguintes prazos para apresentação do Balanço Patrimonial:**

**a) 30 de abril, nos termos do disposto no art. 1078 do Código Civil;**

**b) Último dia útil do mês de maio, para as licitantes obrigadas a adotar o**

**Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), conforme IN-RFB 1774/2017 (Acórdãos TCU-Plenário de nºs. 119/2016 e 2293/18)”**.

mediante a simples leitura do rol de serviços ali constantes e respectiva *metragem*. Certamente não nos passaria pela cabeça a necessidade de conhecer, com propriedade, o assunto. Por isso mesmo é que, a partir da motivação lançada pela CPLIC, **depreendemos** que os atestados das empresas MJV SERVIÇOS LTDA e THALASSA CONSTRUÇÕES EIRELI não atendem no que diz respeito ao tamanho da área em que os serviços foram executados. Ou seja, não comprovam a execução de serviços de reforma/construção compatíveis com os licitados, em prédio que tivesse, no mínimo, **512 m2 de área**.

8.4. **Estando correta essa conclusão**, acertada a decisão que as inabilitou por desatendimento à condição 3.6.5.2 do ato convocatório, não merecendo acolhimento a irresignação de ambas, neste ponto.

9. Quanto ao afastamento da MJV SERVIÇOS LTDA, em razão do objeto social lançado no registro do CREA-BA, queremos apenas ressaltar que ao se avaliar a capacidade técnica das licitantes a Administração deve verificar se o conjunto da documentação apresentada revela a efetiva possibilidade de entregar o bem ou executar o serviço pretendido. Nesse contexto, a descrição contida no objeto social, de modo isolado, ganhará menor relevância. Ou seja, se os atestados atenderem às regras editalícias, a atividade da empresa, descrita em contrato social ou documento semelhante, aparentemente diversa do objeto da licitação, não deverá, por si só, causar o afastamento das licitantes. *In casu*, o objetivo social da MJV, constante do doc. nº 249473/2019, fls. 8, apresenta **descrição de atividade afeta à área da engenharia** que, **em conjunto com os serviços constantes em atestados**, revelariam, ao menos em tese<sup>2</sup>, a possibilidade de também executar a reforma ora licitada.

10. Ante o exposto, opinamos objetivamente pelo não acolhimento do recurso impetrado pela empresa MJV SERVIÇOS LTDA, em razão do desatendimento às condições 3.6.5.2 e 3.6.5.3 do edital<sup>3</sup>, mantendo-se, assim, a sua inabilitação na Tomada de Preços nº 02/2019.

11. De referência à empresa THALASSA CONSTRUÇÕES EIRELI, de igual modo, opinamos pela inabilitação na Tomada de Preços nº 02/2019, exclusivamente pelo desatendimento da condição 3.6.5.2 do ato convocatório.

É o parecer, *sub censura*.  
À ASSESD.

Salvador, 06 de dezembro de 2019.

**Silene Mascarenhas de Souza**  
*Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos*

<sup>2</sup> Na prática, há suposto desatendimento quanto à área em que se executou o serviço.

<sup>3</sup> Restando a expressa indicação da impropriedade dos atestados.